

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE BRAGANÇA PAULISTA –
COMDEMA – BIÊNIO 2019/2021 – 29 DE OUTUBRO DE 2020 –
ONLINE GOOGLE MEET**

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro de 2020, com início às 9:19h, realizou-se de forma online pelo aplicativo Google Meet|, a 9ª reunião ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA conduzida pelo professor Joaquim Gilberto de Oliveira, o qual deu as boas-vindas a todos e todas virtualmente presentes cuja lista de presença dos(das) conselheiros(as) e demais participantes aqui relacionados(as) na lista de presença foi obtida pelo chat e aqui registrados(das): CONSELHEIROS(AS): Joaquim Gilberto De Oliveira – USF, Elenice Mouro Varanda - Associação de Bairros, Adriana Bertoli - FESB, Sergio Conti Jr – SABESP, Marcia Davanso – Faros D’ajuda, Paula Trambaiole Lima – Centro de Educação Ambiental Sala Verde Pindorama, André Monteiro – Secretaria Municipal de Obras, Cecília Martins Molina – Secretaria Municipal de Planejamento, Salvador Markowicz Neto – Associação de Moradores Portal de Bragança, Maria Cristina Munõz Franco – Associação Bragança Mais, Carlos Alberto Rezende – Sindicato dos Bancários, Carolina Mastroso Mourão –Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Marcelo Silva – SMMA (Secretaria Municipal do Meio Ambiente), Beatriz Maia - Associação Bragança Mais, Michele Consomagno – CIESP, Katia Piccirilo – Secretaria de Serviços, Fabio Brunholi – Proteção e Defesa Civil, Fabiano Sperendio – Cooperativa Entre Serras e Águas e Lucia Paternost Sperandio – OAB. CONVIDADOS e CIDADÃOS interessados: Drª Kely Fadel – promotora do Meio Ambiente desta cidade, Gerson Aparecido Silveira e Guto La Salvia. Inicialmente, o Presidente solicitou a todos os participantes que mantivessem seus microfones desligados enquanto que a opção das câmeras seriam livres, também livre seria a palavra a todos os presentes, no entanto, por uma questão de organização, todos aquele os que

precisassem ou quisessem fazer uso desse direito fossem objetivos de modo a se cumprir o horário na ordem da pauta. O Presidente solicitou auxílio de algum conselheiro na organização do chat, pedido atendido pelo conselheiro Michele, o qual se manifestou no sentido de que, quem se interessasse em fazer uso da palavra o fizesse no chat com o pedido – palavra. O Presidente informou que em conformidade com a Resolução que criou o COMDEMA, os conselheiros deveriam se apresentar no chat com seu nome e a entidade que representam. O Presidente deu sequência à reunião informando sobre a ausência da primeira secretaria, Sarah do Amaral Lo Sardo, ausência essa justificada, dias antes pelo e-mail oficial do COMDEMA. Em seguida, o Presidente perguntou aos conselheiros se haveria alguma correção a ser feita com relação à Ata da reunião anterior, solicitou à plenária a autorização para a dispensa da leitura dela, uma vez ser sido ela enviada com antecedência aos conselheiros, em que aqueles que concordassem permaneceriam sem se manifestar, os que discordassem com a palavra – não e os que ainda quisessem se abster que também o fizessem com a palavra – abstenção, pelo chat; dispensada a leitura de forma unânime pelos presentes, passou-se à eventual correção ou alteração da Ata ouve manifestação por parte de Michele que solicitou como complemento se constasse a entidade a qual ele representa; Cecília pediu a correção para que ela constasse como conselheira titular da Secretaria Municipal de Planejamento e não suplente como assim se registrou e que além do mais não havia suplente para a entidade a qual ela representa. O Presidente informou que se solicitasse ao Secretário do Meio Ambiente, Marcelo, que se fizesse a indicação do suplente à Secretaria do Meio Ambiente. Elenice pediu que seu nome constasse nas falas dela no assunto referente às queimadas. Colocada em votação a Ata da 8ª reunião Ordinária, foi essa aprovada. O Presidente teceu elogios às secretárias Sarah e Carolina pela confecção das atas, trabalho reconhecidamente criterioso e longo que consiste na degravação para a construção desse documento. Dando sequência, o Presidente anunciou a apresentação da Prestação de Contas do Fundo Municipal do Meio

Ambiente, anos 2019 e 2020, pela secretária da SMMA, Carolina Mastroso Mourão. Carolina iniciou a apresentação explicando que Lei nº 4163/2010 que instituiu o Fundo Municipal do Meio Ambiente, em seu Art. 3º discorreu sobre a origem dos recursos do Fundo: arrecadação de tarifas, multas relativas aos danos ambientais, contribuições, doações, rendimentos de qualquer natureza, taxas de implantação de serviços públicos e créditos provenientes do ICMS ecológico; apresentou o balancete semestral compreendido entre o período de janeiro a junho de 2019, a saber: multas: R\$ 17.271,78, rendimentos R\$ 10.143,13 e créditos do ICMS ecológico: R\$ 645.016,32, (repassa para ações ambientais) totalizando R\$ 672.431,23. Não tendo havido despesas nesse período, o saldo final foi mantido. Para o semestre compreendido entre os meses de Julho a Dezembro de 2019, o cenário apresentado mostrou: multas: R\$ 4.023,25, rendimentos: R\$ 19.713,74 e R\$ 645.016,32 (crédito proveniente do ICMS ecológico) totalizando como receita R\$ 668.753,33. Despesa para com a empresa Hiper Ambiental relativa à elaboração do plano Mata Ciliar e Erosão, R\$ 652.178,48. Exercício de 2020: receita: R\$ 282.282,70; proveniente de multas, R\$ 31.366,05, de rendimentos R\$ 7.380,17 e repasse do ICMS ecológico R\$ 243.536,48. Despesas: R\$ 12.710,00 (Infláveis R. Ltda) – equipamentos para os bombeiros, R\$ 1.442,00 (Bragança Comércio de Equipamentos e Proteção Ltda) – equipamentos cedidos aos bombeiros, R\$ 4.000,00 (parcela para a Hiper Ambiental) referente ao plano contra a erosão e R\$ 10,45 referente às taxas bancárias. Para o segundo semestre, período de referência Julho a Setembro de 2020: multas: R\$ 23.342,77; rendimentos: R\$ 516,74, totalizando um saldo de R\$ 23.859,51. Não houve despesas para esse período. Seguiu-se ao Demonstrativo Econômico relativo ao período de Janeiro 2019: saldo: R\$ 916.292,99; receitas de 2019: R\$ 1.341.184,56; receitas arrecadadas até 30 de Setembro de 2020: R\$ 306.142,21; despesas pagas no exercício de 2019: R\$ 16.574,75; despesas pagas no exercício de 2020 (até 30/9): R\$ 18.162,45; saldo na conta bancária: R\$ 2.528.882,56. Até então não foram repassadas as duas parcelas do

ICMS ecológico. Seguiu-se a apresentação para o quadro sobre a aplicação dos recursos a serem aplicados com todas as deliberações que foram realizadas bem como a situação de cada uma; primeira: contratação da empresa que fará o inventário das árvores do município; valor deliberado R\$ 100.000,00. Como o Termo de Referência havia sido adiado, pois a empresa contratada, Energia, confeccionava e acabou por entregar um termo parcial; com base naquele termo elaborou-se outro Termo de Referência; desse modo, observou-se a necessidade de suplementar as informações do inventário apresentado; encaminhado para o Presidente do COMDEMA como anexo, o termo foi orçado com empresas privadas ao que o secretário Marcelo sugeriu que se tentasse uma parceria com a Universidade por meio da Fundação, assim como foi feito com o Plano Diretor. O Secretário Marcelo se manifestou sobre essas parcerias, justificando que além de se cotar com empresas particulares, também a Fundação desta cidade utilizaria sua mão de obra e técnica da Universidade assim como a dos seus estagiários, cuja atividade seria de quem já tem o conhecimento sobre o Município, em que o trabalho seria agilizado e se ganharia na qualidade. Continuando, Carolina apresentou no mesmo quadro em que apesar de o valor empenhado de R\$ 25.000,00 destinado a empresa especializada para o Plano Municipal da Mata Atlântica, através de processo licitatório, o valor pago foi de R\$ 16.000,00. Com o Plano entregue, restou uma parcela para se finalizar o pagamento total; contratação de empresa especializada para elaboração do Plano de Erosão, valor deliberado R\$ 25.000,00, empenhado R\$ 17.400,00, pago R\$ 8.574,75; plano já entregue, revisão em andamento pelos técnicos e pelo novo engenheiro da Secretaria, de modo a esse plano ser encaminhado para a Câmara Municipal para aprovação; contratação de empresa especializada para a elaboração do Plano Manejo do Parque Petronila Markovicz, valor deliberado R\$ 100.000,00, Termo de Referência finalizado, encaminhado ao Presidente do COMDEMA para repasse aos conselheiros; orçado por empresas privadas e, por sugestão do Secretário Marcelo, encaminhado consulta para a Fundação da Universidade para eventual

interesse de parceria por parte da Fundação. Aquisição de material destinados ao combate aos incêndios, deliberado R\$ 25.590,00 em que o vencedor da licitação apresentou o valor de R\$ 21.969,00; pago parte desse montante, restou a importância de R\$ 7.817,00 a ser paga, cujos materiais já foram entregues aos bombeiros. Demandas Induzidas por Chamamento Público acompanhadas e deliberadas pelo COMDEMA: chamamento para projetos e programas de educação ambiental: valor deliberado, R\$ 300.000,00 ; com o edital finalizado, a secretária Carol pediu que, juntamente com os conselheiros, fosse debatido o objeto desse edital, que em caso de concordância com o Conselho venha a se dar prosseguimento a ele. Implantação dos eco pontos, valor deliberado R\$ 200.000,00; o projeto, objeto de um TAC, foi entregue pela empresa e em seguida encaminhado à Secretaria de Obras para elaboração da planilha orçamentária para que se pudesse dar entrada na licitação; no entanto, houve alteração de localidade e nela se criará um parque; o novo local destinado ao eco ponto será na zona Norte, portanto a planilha orçamentária deverá ser refeita para nova licitação. Dra. Kely pediu a palavra questionando se o valor de R\$ 300.000,00 seria para implantação de um único eco ponto ou mais de um; com a palavra para resposta ao questionamento, a secretária informou que R\$ 200.000,00 seriam destinados para instalação de um eco ponto e que a planilha orçamentária entregue pelo Departamento de Obras para esse primeiro local apresentou um valor aproximado de R\$ 250.000,00, mas esse cálculo deverá ser refeito tendo em vista o novo local. Dada a palavra ao secretário Marcelo, o projeto seria uma adaptação rápida e fácil de ser feita, uma adequação do perímetro da locação do eco ponto; o distanciamento em relação ao anterior também não sofreu influência; o Secretário complementou dizendo que apesar do primeiro ser custeado por uma empresa privada a título de multa, o orçamento de R\$ 200.000,00 estaria mantido e, para o segundo um valor superior tendo em vista que na última reunião do COMDEMA, alguns conselheiros sugeriram que esse montante fosse majorado; levado em consideração, o projeto está sendo readaptado para tentar se readequar e melhorar,

por se tratar do primeiro projeto era de se esperar alguma imperfeição no projeto que será corrigida no segundo e nos seguintes. A promotora questionou sobre a proposta da Prefeitura em implantar outros eco pontos, ao que o Secretário respondeu afirmativamente e com a intenção de instalação de sete eco pontos com início de instalação ainda para este ano. Dra. Kely questionou sobre quais os materiais serão recebidos, se apenas os recicláveis ou também resíduos da construção civil. O Secretário Marcelo respondeu que também resíduos a construção civil, restos de podas de árvores, galhos e folhas, pilhas, óleo de cozinha usado, móveis não mais utilizados no lar, como camas, sofás, enfim basicamente todos os produtos de origem residencial e de reformas; o Presidente completou com a pergunta se também seriam os recicláveis como plásticos e metais, com resposta afirmativa pelo Secretário. Com a palavra, a promotora Dra. Kely questionou se nos R\$ 300.000,00 retirados do Chamamento Público estariam eles relacionados à proposta de Educação Ambiental, o projeto eco ponto teria alguma relação com esse tipo de proposta ou seria apenas uma questão que ressaltasse o eco ponto, orientação para esses materiais, local adequado ou propaganda, ao que lhe foi respondido pela secretária Carolina que os R\$ 200.000,00 não seriam para a elaboração do projeto e sim para a implantação do eco ponto. Complementando a pergunta, a promotora questionou se o eco ponto seria um projeto isolado ou se ele guardaria relação com o projeto de chamamento da Educação Ambiental. A secretaria respondeu que os R\$ 300.000,00 destinados à chamada e execução de projetos são destinados ao chamamento do Termo de Fomento, ou seja, seria a Prefeitura executando projetos apresentados por associações os quais foram divididos por áreas de resíduos, fauna, flora e educação ambiental de modo que todas essas áreas poderão ser contempladas com essa verba por meio desse Termo de Fomento. Complementando, o Presidente disse a cidade apresenta um grande problema com relação ao despejo de resíduos das mais diversas fontes em áreas importantes ambientalmente protegidas, tal como entulho e lixo. É de caráter fundamental para o Município a implantação desses eco

pontos em locais escolhidos próximos às pessoas e eventualmente escolhidos em local de grande circulação onde a população poderá depositar esses materiais em vez de descartá-los na rua, na mata ou no rio; sem dúvida que os eco pontos farão o seu papel como pontos de coleta, mas o seu uso correto só se fará através de um forte trabalho de educação ambiental para que esses eco pontos tenham a frequência desejada. A Prefeitura, o Ministério Público e este Conselho deverão desenvolver um projeto de educação ambiental na área de resíduos sólidos, atitude super importante. Com a palavra, a Promotora se manifestou acrescentando que por experiências anteriores num município desta Comarca, o mal uso de um eco ponto gerou problemas, pois não é qualquer tipo de resíduo que pode ser colocado, o recolhimento desse material e a limpeza dele deve ocorrer, caso contrário, em vez de solução ele se transforma num problema. Com a palavra, o Secretário Marcelo, informou que essa questão de educação ambiental e conscientização dos eco pontos já seria projeto da Secretaria do Meio Ambiente após a implantação do primeiro; já está sendo montando o planejamento para o próximo ano; o primeiro eco ponto tem sido um sucesso já está quase no pico de recebimento de material; nesse momento, divulgar mais faria com que a capacidade de recebimento do eco ponto passaria a capacidade dele; no entanto, dois servidores estão direto lá, foi aberto aos sábados e domingos, no último feriado acontecido na segunda-feira, também ficou aberto e continua a receber material. Quanto à destinação dos materiais, temos enviado às Cooperativas Recicla Bragança e Bragança Recicla em que os cooperados têm retirado parte dos materiais, podas e galhos são utilizados para compostagem, pois o eco ponto já possui um triturador para esse material. Quanto aos resíduos da construção civil não foi feito nenhum convênio, porém nem atingiu 10% de sua capacidade, portanto o que tem chegado lá são restos provenientes de residências enquanto que material de construção é o que menos tem chegado, porém, disse o Secretário, que a partir do segundo eco ponto esse também será também um sucesso e a educação ambiental acontecerá, sim. O Presidente tomou a palavra e sugeriu que

o projeto a ser realizado pela Prefeitura através de um chamamento público, o Projeto de Regeneração Ambiental e outros, seja direcionado ao terceiro setor e ainda como encaminhamento, que parte desses recursos sejam direcionados à educação ambiental dos resíduos sólidos, pois desse modo iria ao encontro do projeto de implantação dos eco pontos. Teríamos assim, os eco pontos implantados pela Prefeitura e o terceiro setor colaborando com Município juntamente com a Secretaria do Meio Ambiente e educação, num projeto grande de educação ambiental em resíduos sólidos a fim destiná-los adequadamente até o seu final. Com a palavra dada à Secretária Carolina, esta afirmou que com o edital já disponibilizado, que este Conselho discuta o objeto para que se contratem os programas de educação ambiental voltados aos resíduos por meio desse chamamento. Dando sequência ao quadro, explicamos sobre a aquisição de 25.000 exemplares arbóreos, plantio e manutenção; se aguardava o deslinde de um TAC, número 10/2019, que ainda não foi resolvido e como se necessita das obras de plantio, das manutenções para prosseguimento para todos os projetos recuperação de nascentes e áreas degradadas, foi elaborado um Termo de Referência para contratação que também foi encaminhado ao Conselho; pagamento por serviços ambientais de Lar Temporário e Animal Comunitário: passado para o novo secretário, há a intenção de agrupar com o programa Bolsa Pet instituído por uma lei municipal. O Presidente pediu a palavra e informou que em conversa com a conselheira Márcia, que boa parte do sucesso na gestão do Bem Estar Animal com animais errantes se deve à Secretaria do Meio Ambiente através da Divisão do Bem Estar Animal que, junto com a Faros, conseguiu uma boa relação com as protetoras, pois estas os acolhem em suas casas, tomam conta deles, dão banho, comida, postam nas redes sociais e conseguem adotá-los; isso fez por diminuir o número de animais errantes pelas ruas. Portanto a proposta de se reservar parte do Fundo Municipal para apoio e auxílio na manutenção desses animais nas casas dessas protetoras até que venham a ser adotados, ampliará o potencial de adoção dos animais errantes. O Presidente completou dando os

créditos à conselheira Adriana quando anteriormente ele se manifestou sobre a junção dos dois grupos (terceiro setor educação no caso dos eco e pontos e resíduos sólidos). Continuando, Carolina pediu atuação da Comissão de Proteção Animal para elaboração do edital dos pagamentos por serviços ambientais referentes ao Lar Temporário, assim poderia se unir a capacitação e entendimento de todos os envolvidos para ajudar na elaboração do programa, ao que o Presidente convocou a Comissão do Bem Estar Animal para colaborar com a Secretaria. O Secretário Marcelo complementou dizendo que a ideia seria a trazer os conselheiros para participarem mais ativamente na elaboração desses editais para que eles tenham uma eficiência cada vez maior; o conhecimento técnico dos conselheiros tem de ser aproveitado nesses termos referenciais, principalmente nesse ponto agora em que apesar da Divisão do Bem Estar Animal ter uma competência técnica, mais é melhor. Continuando, a Secretária informou sobre o Pagamento de Serviços Ambientais e Recuperação de Mata Ciliar: o edital foi finalizado, em seguida enviado para a Secretaria de Assuntos Jurídicos e aprovado por ela ; o edital foi encaminhado para apreciação do COMDEMA aos cuidados do Presidente; houve também uma reunião entre o Secretário Marcelo e o Secretário Municipal de Extrema, Paulo, para seguimento nesse projeto. As capacitações estão bem encaminhadas com o pessoal da secretaria de Extrema e algumas organizações internacionais voltadas para a proteção do Meio Ambiente; aquisição de duas viaturas personalizadas a serem utilizadas pela Defesa Civil e Guarda Civil Ambiental; tivemos um problema com o pregão 324/19: os primeiros colocados desistiram da proposta e foi aberta nova licitação; em contato com o comandante Bertin, este afirmou que está tudo encaminhado para nova licitação. Dada a palavra ao Secretário Marcelo, foi por ele complementado que houve uma licitação, foi ela finalizada e quanto ao vencedor estamos estudando sobre a penalização a ser aplicada a ele, pois o vencedor assume o dever e a responsabilidade de cumprir com o fornecimento; como não cumpriu, foi reiterado por mais duas vezes para que a empresa o fizesse; o segundo

colocado também foi chamado, nesse caso não seria culpa dele ainda que chamado, pois por tratar-se de veículo, o reajuste é muito acima da inflação e passados três ou quatro meses seria impossível que a empresa conseguisse manter o preço, no entanto nós fizemos a nossa parte. Chamamos o segundo colocado que também não cumpriu, então a Secretaria de Segurança Pública assumiu o compromisso de rapidamente startar a segunda licitação que deverá ocorrer já no mês de Novembro. O Presidente que lembrou que esse recurso será utilizado pela Defesa Civil num veículo 4x4 com equipamentos para combate a incêndios em mata. Prosseguindo, Carolina se reportou à questão dos filtros do jardim Público e a adequação do prédio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, em que Rafael deu como sugestão, que se verificasse no termo de reforma do jardim Público se acaso já estariam contemplados pelo orçamento e em caso positivo que se fizesse um remanejamento para outras ações de combate aos incêndios; o Secretário de Obras, André, confirmou que o jardim Público não foi contemplado. O Presidente explicou aos conselheiros e convidados que nos lagos do jardim Público, há a intenção por parte do Município de se colocar peixes e que para que isso ocorra deve-se instalar filtros físicos e biológicos, sistemas de ozônio e luz ultravioleta para se manter o controle das algas. Esse valor de R\$ 100.000,00 será para três tanques de 40 ou 50 mil litros cada um para atender a demanda dos lagos de modo se possa observar e contemplar e os peixes e eles tenham o equilíbrio químico e biológico suficientes. Continuando a explanação, Carolina apresentou no quadro seguinte uma projeção e, portanto, sujeita a alterações de acordo com novos empenhos, deliberações e verbas empenhadas. Temos um saldo no valor de R\$ 2.528.882,56; abatendo-se desse saldo o valor de R\$ 2.189.642,25 pelas verbas empenhadas ou comprometidas, resta um saldo de R\$ 359.240,31; temos ainda a projeção do recebimento de mais duas parcelas do ICMS ecológico, provavelmente teremos no futuro dos próximos meses o valor de R\$ 846.313,27. O Secretário Marcelo complementou que quando terminadas as licitações, esse valor poderá aumentar um pouco devido à eficiência nas

licitações, uma economia em torno de 20 a 25% mais baixo aos valores, mas talvez isso não aconteça com os carros, pois os veículos têm valor tabelado, porém a construção do eco ponto, principalmente nas obras de construção o valor tem caído bastante. Por fim, a secretária Carolina ofereceu-se para responder as dúvidas dos conselheiros, colocou-se à disposição, toda a documentação foi encaminhada para o Conselho bem como os Termos e pediu que os conselheiros lessem e encaminhassem as considerações. A pedido, a palavra foi dada para a conselheira Maria Cristina que perguntou à Carolina sobre o aumento do valor das multas para este ano ao que Marcelo respondeu ser proveniente de melhor eficiência por parte dos fiscais ambientais, acrescentando que, ainda para este ano, eles receberão treinamento na CETESB e SENAC. Carolina complementou com a informação de que, com a reativação da Guarda Civil Municipal, foi possível essa melhoria na fiscalização. O Presidente informou que os documentos a ele enviados, já foram disponibilizados no whatsApp oficial do COMDEMA e que em seguida seguirão via e-mail para todos os conselheiros. Dada a palavra para Márcia, esta questionou sobre o valor destinado ao Bolsa Pet que seria de R\$ 100.000,00/ano ao que Carolina lhe respondeu que esse foi o valor deliberado pelos conselheiros para iniciar o projeto. Márcia afirmou que esse valor lhe parece pouco até mesmo para começar, uma vez que, a verba mensal da Faros D'ajuda é R\$ 79.000,00/mês, embora sejam 650 animais. Há a necessidade de se levar em conta que o animal abrigado temporariamente necessita de ações preventivas, vacinação, vermifugação, existe uma grande chance do animal vir a adoecer e se isso acontecer qual será a conduta, como será feito esse tratamento e portanto esse valor lhe pareceu muito modesto até para se iniciar. Marcelo concordou e complementou dizendo que essa é razão pela qual se necessita da colaboração dos conselheiros e muito da ajuda dela (Márcia), conhecedora e com capacidade técnica para se melhorar o Termo Referencial e num segundo momento aumentar esse valor, pois reconhece os custos com ração e vermífugos. Prosseguindo nos trabalhos, o Presidente

solicitou autorização para uma inversão na pauta, assunto GT Perimetral, iniciativa da Promotora, a qual questionou o que ensejou a constituição do Grupo de Trabalho e após a sua apresentação, qual será o encaminhamento posterior a ser dado pelo COMDEMA pois já existe uma questão judicializada; o Presidente respondeu que o assunto chegou aos conselheiros através do vereador Quique Brawn os questionamentos feitos junto ao Ministério Público para a implantação de duas perimetrais no Município pela Prefeitura de Bragança Paulista foi feita uma discussão prévia neste Conselho, e nessa discussão, o COMDEMA, como órgão fiscalizador das questões ambientais do Município resolveu criar um grupo de trabalho entre conselheiros titulares e suplentes para acompanhamento dessa questão; o Conselho não deliberou nada previamente à implantação dessas perimetrais e nem agora durante essa judicialização. O grupo foi criado para acompanhar, monitorar e assessorar no que for preciso tanto ao Ministério Público quanto ao Município; se o Município quiser alguma assessoria do Conselho para questões relativas à perimetral, o Conselho estará ao dispor assim como ao Ministério Público, portanto o Grupo de Trabalho foi criado para acompanhamento dessa questão que envolve importantes temas do Município; esse grupo teve um tempo para se reunir e hoje foi o dia marcado para apresentação dessa discussão, cujo teor ainda não é do conhecimento deste Conselho; o momento, hoje, é para que apresentação do estudo que foi feito a respeito dessa temática. Depois dessa apresentação ficará aberto aos conselheiros a discussão baseada nessa apresentação ou outra informação que nos chegue para então decidirmos se algo será deliberado, ou se apenas se acompanhará, uma vez que a questão se encontra judicializada e a plenária é soberana para decidir. Em seguida, o Presidente deu a palavra a Elenice que passou à apresentação dos slides, comentários e explicações do GT sobre as Perimetrais para implantação no Município. Esse grupo foi criado em 01 de setembro de 2020, composto pelos conselheiros Adriana, Cecília, Fabiano, Maria Cristina e por mim; o objetivo desse GT foi o de acompanhar e trazer ao plenário informações detalhadas a respeito

das obras das perimetrais as quais foram baseadas principalmente no documento do Inquérito Civil número 140/2015 – 00142/2020-5 mais alguns outros anexos e documentos correlatos também consultados para que se fizesse as observações neste relatório apresentadas. A perimetrais são a perimetral Norte que vai da Alkindar Monteiro Junqueira à Rodovia Capitão Bardoino e João Hermenegildo de Oliveira – variante do Guaripocaba e que está incluindo, na maneira pela qual a Prefeitura está tendo implantar agora a estrada municipal Aurélio Frias Fernandes com infraestrutura urbana com previsão de pavimentação asfáltica e a perimetral Sul que liga a rodovia Alkindar Monteiro e avenida Alberto Diniz à rodovia Plínio Salgado; esse documento analisado possui mais 1.800 páginas e portanto bem complexo, mesmo havendo nele algumas repetições; Elenice agradeceu à conselheira e colega deste grupo, Cecília, na elaboração de uma tabela a qual serviu para orientar o grupo nas discussões acontecidas de maneira virtual para tratar dos principais focos e tirar algumas dúvidas; em 20/7/2020 houve a homologação de licitação da obra pela Prefeitura e em 22/7, uma denúncia por parte do vereador Quique ao Ministério Público, por ele entender que havia uma irregularidade na infraestrutura e na pavimentação da Aurélio Frias Fernandes para implementação da perimetral Norte sem os devidos licenciamentos; em 13/8, o MP concedeu uma tutela provisória de urgência, foi deferida pela não apresentação de EIV/RIV por parte da Prefeitura para realização da obra, cuja tutela antecipada foi deferida pelo Tribunal de Justiça resultou na citação e intimação na empresa Artec S/A e Prefeitura Municipal; o projeto da perimetral Norte, essa ligação entre a rodovia Plínio Salgado e variante João Hermenegildo de Oliveira possui uma classificação no termo propositivo do Tomo II, dois trechos: um deles entre a avenida Plínio Salgado e avenida Atilio Menin, em que este integra o parque linear do Rio Jaguari, incluído no Plano Diretor do Município, transformado em Lei no início de Janeiro é classificado, nesta parte, como via coletora de primeira categoria de função de integração intrarregional e articulação do viário secundário mais atividade econômica e que

esse mesmo Tomo, indica para a Prefeitura, que quando esse sistema viário estiver complementado, deve manter essa lógica estrutural expressa nesse Termo, portanto esses Termos I e II foram os documentos por nós analisados no que diz respeito às essas perimetrais. O outro trecho entre a avenida Atilio Menin e a variante João Hermenegildo de Oliveira, esse Tomo é considerado como via coletora de segunda categoria com funções predominantes de acessibilidade, capilarização da malha viária local e articulação com o viário coletor de primeira categoria, sendo assim de uma via de categoria mais local; no decorrer desse processo, a tutela antecipada foi extensiva à perimetral Sul no trecho entre o trevo da rodovia Alkindar Monteiro Junqueira e avenida Alberto Diniz com início na Plínio Salgado e que tem a seguinte classificação como via arterial, segundo o pelo Plano Diretor do Município; algumas considerações finais para essa apresentação: o MP acionou o Centro de Apoio Operacional à Execução (CAEX) que acabou por fazer uma avaliação técnica e a conclusão foi a de que não se configura que fez uma avaliação técnica foi a de que não se configuram apenas simples obras viárias do Município de Bragança Paulista, mas de se inserirem num contexto de grandes obras viárias de interesse regional; as obras iniciadas fazem parte de um projeto de integração da região, a qual a construção do Anel Viário de Bragança Paulista prevê a ligação de importantes estradas regionais com potencial de gerar grande fluxo de veículos por essas vias, não podendo a mesma ser realizada sem o devido licenciamento ambiental e apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental. O parecer conclusivo emitido pelo CAEX é de há a necessidade do EIA/RIMA devido ao impacto regional na execução dessas perimetrais. Este GT, considerando o tempo e o empenho dos recursos humanos e financeiros despendidos pela Administração Municipal e pela comunidade bragantina como um todo na elaboração de um Termo Propositivo para a Zona Norte e revisão do Plano Diretor o qual estabeleceu metas e princípios inovadores e desafiadores para o desenvolvimento ambientalmente sustentável, economicamente

equilibrado e socialmente inclusivo, nada mais justo e coerente que a municipalidade tome a frente dessas proposições e coloque exemplarmente Bragança Paulista em destaque, consolidando o seu desempenho no Programa Município Verde e Azul. A elaboração desses estudos é imprescindível para a avaliação dos impactos locais, pois tanto para a área de implantação da Perimetral Sul quanto da Perimetral Norte apresentem-se suscetíveis à essas intervenções. Sugere-se que a Prefeitura Municipal considere o traçado originalmente previsto para a ligação entre a avenida Plínio Salgado e a variante João Hermenegildo de Oliveira no Termo Propositivo para a zona Norte como alternativa ao atual traçado em discussão, assim como possa encontrar proposta melhor para se tenha menores impactos ambientais e que principalmente a gente continue levando em conta o nosso Plano Diretor que foi aprovado tão recentemente; devido à complexidade do processo, este grupo não chegou à conclusão final e acreditamos eu esse GT deva permanecer, conforme concordaram os membros do grupo, pois se acredita que muitas acontecerão e que o grupo precisaria receber outros documentos posteriores aos que foram passados ao GT. O Presidente agradeceu à Elenice pela apresentação, abriu a palavra aos membros do Grupo de Trabalho e caso alguém quisesse fazer alguma complementação antes de abrir à representante do MP e à plenária, Maria Cristina se manifestou para complementar sobre um dos quadros que seriam apresentados por Elenice, mas que por uma falha técnica não aconteceu, que corrobora com o posicionamento e traz como sugestão, que a Prefeitura considere o traçado original do Termo Propositivo como uma alternativa a esse traçado em discussão assim como encontrar uma proposta de um traçado alternativo para a perimetral Sul. O Secretário Marcelo questionou ao GT, referindo-se à perimetral Sul, sobre os quase 500 metros de avenida que foram realizados anos atrás para construção da perimetral Sul, se o dinheiro, o valor que foi utilizado, deveria ser esquecido. Adriana prontificou-se a responder explicando que o asfaltamento dessa área, provavelmente tratou-se de uma troca de serviços, pois ele se inicia numa via e que não teve

um fim específico; a sugestão, para que não se perdesse esse dinheiro, seria transformar o local numa área para caminhada, para bicicletas ou uma ciclovia; chegamos até a pensar numa questão alternativa para lá, pois para mim, trata-se de uma área muito complicada, inclusive para trânsito pesado; uma ciclovia ali seria interessante para a cidade. O secretário Marcelo complementou que aquela via já contemplaria uma ciclovia; a perimetral Sul se trata de um projeto existente de longos anos, que já foi iniciado e o dinheiro, fosse público ou privado, a via já se tornou pública; ela continua desde o início da construção dela, praticamente abandonada; como à época ele afirmou que ainda não se encontrava em Bragança, o Secretário perguntou aos conselheiros presentes se em algum momento houve alguma discussão em relação a esse trecho pelo COMDEMA e em segundo lugar, essa alternativa viária, em termos de custos ela seria extremamente mais baixa do que qualquer outra alternativa viária e para a perimetral Sul não haveria nenhuma desapropriação custosa tampouco a remoção de qualquer família, enquanto que esse assunto para a Aurélio Frias merece uma discussão e um debate, precisa ser mais analisado, porém quanto a perimetral Sul, não lhe pareceu que haja alternativa com distanciamento curto de ligação entre uma e outra e esse fluxo que se falou de milhares de caminhões e veículos, hoje transitam pela avenida dos Imigrantes, área central da cidade com alto risco de acidentes e atropelamentos; hoje é feito o desvio desse grande fluxo, não estamos criando um fluxo e sim um desvio, sem afetar a remoção de famílias, uma via já iniciada e pré-existente; Marcelo complementou dirigindo-se aos conselheiros que estes levassem a perimetral Sul em consideração e propôs-se a levar numa caminhada os membros do GT e demais conselheiros a caminhar nesse trecho de ponta a ponta, bem como ele já fez o na Aurélio Frias de modo a todos melhor compreenderem o trecho pretendido. Dada a palavra à representante do MP, Dra. Kely se manifestou no sentido da análise que foi feita pelos conselheiros abarcou mais a questão ambiental, mas há que se lembrar do impacto social significativo na Aurélio Frias Fernandes

em que haverá uma realocação de famílias, pois elas não foram ouvidas, não existe programa habitacional para realocação, então do ponto de vista social daquela localidade é significativo e a questão que se tem sobre a alternativa técnica locacional ou não, de em função de urbanização, de custos do que já foi feito ou não, devem ser respondidas no EIA/RIMA, pois o projeto é um só, embora eles possam ser executados, reforça a questão da licitação ter sido uma única para fins de executar a perimetral Norte Sul, mas faz parte de um projeto maior, um projeto de governo, maior que a interligação regional, então essa forma de separar as discussões da Norte da Sul é o que vocês chamam de fracionamento de licenciamento e isso é vedado pela legislação, em especial pelo Código Florestal, devendo-se fazer uma análise única, um estudo único envolvendo as questões ambientais, urbanísticas, sociais, com a participação popular mediante audiências públicas, debates para que se chegue questão da melhor alternativa técnica locacional para implantação desses projetos; o que não se tem claramente hoje e a proposta que se faz, principalmente na Aurélio Frias Fernandes, contraria o que está nos Termos Propositivos, contraria a questão do parque linear do Jaguaré que é um dos projetos estratégicos de participação da zona Norte, uma área que ficou embargada por mais de uma década; então, frente a questão do que já se encontra judicializado que vocês já se apropriaram do conteúdo do parecer técnico do CAEX, o posicionamento do MP é e continua sendo no sentido de nós fazermos o devido estudo com a participação popular diante da magnitude das obras e depois de garantida e comprovada a real viabilidade ambiental, urbanística e social, aí se faz o projeto e se deflagra o procedimento de licitação. Ah, mas a gente conseguiu dinheiro público, nós vamos perder o dinheiro desse investimento, mas se fizer o projeto como ele deve ser feito e no contrato constar a possibilidade de prorrogação, se consegue não se perder esse dinheiro, essa é uma questão que já foi inclusive ventilada e reconhecida pelo menos por parte do MP; houve a interposição de dois agravos de instrumento em face das tutelas antecipadas que foram pleiteadas e concedidas, foi negado efeito ativo às

duas liminares e, o parecer da Procuradoria Geral de Justiça datado no dia 27, é no sentido do desprovemento dos recursos e na manutenção da decisão; é assim: do ponto de vista institucional,, do ponto de vista do MP, continuamos entendendo pela necessidade da realização desses estudos para que se consiga avançar; nesse sentido, o MP está à disposição para conversar e eventualmente até fazer algum acordo no sentido de agilizar a realização disso, uma vez que só existem dois caminhos do ponto de vista judicial: ou se chega num acordo ou se vai litigar até o momento em que se acabarem as instâncias possíveis diante dessas divergências que existem entre o que entende o MP e o que entende a Prefeitura. O Secretário Marcelo fez uma réplica à Promotora no sentido de que a avenida Aurélio Frias Fernandes demanda um projeto mais complexo e que vale um estudo e uma análise do que o MP propôs em virtude frente às denúncias e assim estamos abertos e atentos a todas as coisas que estão acontecendo; sobre a avenida Aurelio Frias, o Secretário gostaria de uma conversa posterior a isso, enquanto que à judicialização, isso se encontra nas mãos do Prefeito que está analisando e considerando a continuidade da ação ou uma propositura de um acordo junto ao MP, o que será conversado junto a esse órgão e informaremos os conselheiros; acolho as sugestões do GT como importante, quando finalizado enviar à Secretaria do Meio Ambiente e será repassado para todos os demais secretários e Prefeito, pois como dito pela conselheira Elenice, devemos nos delongar um pouco mais e entender melhor a situação da avenida Aurélio Frias, ao complexo e delicado tema como bem colocado pela Dra. Kely e será preciso analisar todo o contexto ;quanto a perimetral Sul, continuo batendo e reafirmando a questão de não alteração do perímetro, porém considerando todo o empenho do GT, as considerações do MP, penso que se deva continuar com esse debate nas próximas reuniões; quanto à judicialização, não devo me expor porque não tenho autorização do Prefeito nem do Secretário de Assuntos Jurídicos para falar sobre possível acordo ou continuidade da judicialização. O Presidente manifestou-se se dirigindo à Promotora que, como encaminhamento e antes de

abrir a palavra aos presentes para entender a posição deste Conselho, ele sempre está atendo às questões ambientais do Município, ele não só reage às provocações que aqui chegam como também aqui temos conselheiros bastante pró ativos que promovem a participação do Conselho de uma maneira pró ativa; neste caso, nós fomos provocados e estamos tentando colaborar com todos os agentes para que se possa, no final, chegar à melhor solução ambiental, social, urbanística, de mobilidade urbana para o Município e penso que este Conselho é o grande catalisador dessas alterações de propostas e políticas; muitas coisas, às vezes, que vêm prontas da Secretária do Meio Ambiente, este Conselho retransforma e melhora, a Secretaria entende isso e assim temos feito ao longo dessa nova vida enquanto conselho; especificamente neste caso da perimetral, nós temos um Grupo de Trabalho participativo, que agora apresentou um breve relatório, mas que continuará trabalhando no próximo mês, pois temos uma reunião extraordinária marcada para a última quinta-feira de Novembro e uma última reunião deste ano para a segunda quinzena de Dezembro, portanto duas reuniões, possibilitando que o COMDEMA possa se expressar de uma maneira mais objetiva; esse estudo inicial do GT foi importante nessa apresentação, quero colocar à disposição dos conselheiros todo esse material que o pessoal teve possibilidade de analisar, todos os conselheiros receberão esse material e com a permissão da Elenice, encaminhar para todos os conselheiros, lembrando que essa reunião está sendo gravada e desse modo todos os presentes têm acesso a essa reunião e que possamos nos próximos trinta dias estudar mais essa questão independente do embate judicial entre Prefeitura e MP, pois nós, enquanto Conselho, estamos aqui para ajudar na solução do problema, queremos solucionar a questão na melhor maneira para o Município em todos os sentidos, então o GT continua ativo, mais trinta dias de trabalho para o grupo, na próxima reunião outra participação do grupo, se quiserem trazer mais informações técnicas do projeto, desenhos, quais as intervenções que o COMDEMA entende que deveriam ser melhor estudadas mesmo tendo dito que corroboram com a proposta

do CAEX de se fazer um estudo ambiental mais detalhado, mostrar de qualquer maneira, mostrar ao Município porque isso será preciso, onde serão as intervenções que talvez sejam as mais inadequadas e então para os próximos trinta dias para continuar estudando e apresentar novo relatório para a próxima reunião ordinária; enquanto isso, se Prefeitura e MP puderem se acordar, para este Conselho seria muito importante, pois são obras em termos de mobilidade regional extremamente importantes, temos um trânsito intenso no centro da nossa cidade, onde frequentemente esbarramos em caminhões que atravessam Bragança, sendo imprescindível um sistema viário perimetral no Município, mas existem atributos ambientais que precisam ser preservados, existem áreas de extrema sensibilidade ambiental que precisam ser preservadas e nessas áreas o olhar do COMDEMA se faz necessário e é isso que este Conselho está fazendo; não temos e nem queremos autonomia para entrar nessa ação, mas estamos aqui para colaborar com MP nas questões técnicas e a Prefeitura que sempre se valeu desse Conselho, também possa por nós ser auxiliada na resolução desse problema; esse é o papel do COMDEMA nesse embate entre MP e Prefeitura. O Presidente perguntou se alguém gostaria de fazer uso da palavra, ao que se manifestou o conselheiro Michele e este questionou sobre se essa obra seria estritamente municipal e se ela cruzaria com alguma estrada estadual; respondeu o Secretário Marcelo, que a obra é estritamente municipal e não cruza com estrada estadual; Michele complementou a questão de que a estrada trata da BR 008, no cruzamento com ela e se o DER teria algo com isso; Marcelo respondeu negando. Michele ainda perguntou se o EIA/RIMA seria para o COMDEMA ou para a Secretaria do Meio Ambiente do Estado. O Presidente interveio e respondeu que o COMDEMA não analisa EIA/RIMA e que os órgãos competentes são os responsáveis pela sua elaboração e o licenciamento pelos órgãos competentes, provavelmente a CETESB; existe um pedido de estudo de impacto ambiental por parte do MP e uma contestação por parte do Município dizendo que isso não é necessário, daí o embate judicial; essa é discussão: a Prefeitura está licitando uma obra sem fazer um

EIA/RIMA ou um EIV/RIVE ou qualquer outro estudo. O Secretário Marcelo explicou que o contrato, a licitação prevê que o vencedor realize o projeto viário, que após o projeto pronto será feita a licença e, portanto, ele não seria feito sem a devida licença ambiental, ou seja, inicialmente o projeto. A Promotora interveio acrescentando que o que se questiona é o fracionamento do licenciamento, não é discussão e sim o projeto pronto, ou seja, não se discute a viabilidade, pois a Prefeitura colocou um projeto, quer executá-lo e aí ela quer colocar o projeto dentro do licenciamento e a discussão é anterior a isso; antes da licitação é necessário a comprovação de qual é a melhor alternativa técnica locacional, tem de ser feita a avaliação de dano ambiental, urbanístico, social e verificar possível mitigação a respeito disso antes do processo licitatório, e não inversão das etapas; quanto a questão de ser a obra municipal ou estadual, isso não oferece pertinência na questão do estudo, pois não é o tipo da obra que qualifica a necessidade de determinado estudo. O conselheiro Michele concordou com a Dra. Kely, pois não pode existir projeto antes de se fazer um estudo, o EIA/RIMA é um estudo, projeto deve vir depois. O Secretário Marcelo disse que concordava com ambos; no entendimento da Prefeitura, quem determina sobre a necessidade do EIA/RIMA é a CETESB após protocolarmos o pedido de licença e aí se a CETESB falar que se deva fazer o EIA/RIMA, esse é o entendimento primário da Prefeitura, não estamos dizendo que não queremos fazer, estamos dizendo que o órgão a fornecer a licença é a CETESB e o que ela nos mandar fazer, faremos; esse é o ponto principal da questão hoje; o Secretário complementa que não gostaria de se delongar nessa questão judicial porque primeiramente porque o Dr. Tiago não está presente e o embate judicial neste momento no meio desta reunião não traria benefício algum. A pedido foi dada a palavra à conselheira Elenice que respondendo à Dra. Kely, o GT se deteve mais na parte ambiental por ser um conselho de meio ambiente, porém não deixamos de discutir as outras consequências na implantação dessas vias, mas temos anotações feitas a respeito disso, mas hoje optamos por fazer uma coisa mais concisa com

relação ao meio ambiente e a nossa preocupação com a Sul, é porque por onde ela passa, ela está encostada num dos melhores fragmentos de Mata Atlântica que temos no Município e para que seja uma via de interligação mesmo, além do que a Adriana já citou, terá que se avançar nessa mata, como consta dessa perspectiva do processo e assim haverá interferência na borda dessa mata, assim dito pela própria Secretaria do Meio Ambiente do Município; quanto a questão da CETESB, ela dirá se haverá a necessidade do EIA/RIMA e ela mesma analisará esse relatório que deveria ter sido feito há muito tempo e dado entrada na CETESB; quem realiza isso depende do tamanho da cidade, depende do tipo de obra e nesse caso nosso aqui é a CETESB como já confirmado pela Dra. Kely; também estamos atentos às questões sociais e culturais da via que sofrerá intervenção e para darmos continuidade ao trabalho, poderemos levantar outras questões mais porque é tudo muito complexo em termos de documentação; Elenice solicitou ao Presidente todas documentações posteriores às que nos foram entregues e, por último, pediu que o Presidente ainda não repassasse para todos a sua apresentação, em virtude de ter sido cortada a última frase, a qual a conselheira se compromete a repará-la, para então assim ser enviada aos conselheiros. Elenice explanou que essa mata a preocupa muito pois, quando se vê pela foto aérea, poucas são as matas que têm a densidade dessa. Complementou sobre a diminuição do fluxo de caminhões pela cidade e que essa perimetral Sul, em sua opinião, deveria ser transferida para uma região mais ao sul, porque depois do shopping já temos vários condomínios e essa perimetral saindo dali vai quase que fazer parte do centro da cidade; um anel viário que funcionasse por mais tempo, num olhar de futuro, esse traçado deveria ser mais ao longe em vez de sair dali, perto do shopping. Dada a palavra para Cecília, a conselheira disse que em relação ao projeto, tivemos acesso às cópias dos documentos que estão no processo judicial, difícil é a visualização, porém também não iremos fazer análise técnica de traçado, de perfil, de nada disso; numa visão geral, gostaria de saber do Secretário André, se existe uma implantação não apenas sobre a foto do

Google, mas se existe uma implantação geral não dos segmentos das vias, se existe uma implantação geral em que nos pudesse ser disponibilizada para nós do GT e demais membros do Conselho de modo a se ter uma ideia geral. O Secretário André respondeu que o projeto apresentado, devido ao tamanho, foi dividido em trechos, mas sim o projeto existe em AutoCad que apresenta o projeto numa extensão só em que é possível de se fazer toda visualização e esse projeto poderá sim, ser disponibilizado. O Presidente solicitou ao GT que encaminhe e-mail oficial ao COMDEMA – comdema@braganca.sp.gov.br todos os pedidos de informações que venham a precisar que eles serão encaminhados às secretarias de maneira oficial, assim todos os pedidos ficarão registrados. Esse GT terá mais trinta dias para continuar trabalhando, todas as solicitações deverão feitas pelo e-mail e os encaminhamentos necessários serão efetuados. Michele ao pedir a palavra questionou que se existe um projeto pronto por que não foi feito o EIA/RIMA sendo ele é um relatório preliminar que se já está no projeto, qual o seria o problema de se apresentar, se seria o tempo de demora. Resposta dada pelo Secretário Marcelo, que o problema não seria o tempo de demora, mas sim se a CETESB fará a solicitação para que seja realizado o EIA/RIMA ou não, ou ainda vamos discutir judicialmente, como bem dito pela Dra. Kely. O Secretário Marcelo pediu que os conselheiros lessem na íntegra a licitação de modo que, para a próxima reunião todos falariam com subsídio e assim tirassem todas as dúvidas, colocando-se à disposição o seu próprio whatsapp, ofereceu-se para fazer parte do grupo e que a Prefeitura não estaria se furtando de elaborar o EIA/RIMA ou em duas frentes opostas de briga e se for o entendimento de se chegar a um acordo, o faremos, pois não se trata de uma questão de prazo, mas sim o entendimento inicial da Administração o qual foi questionado e judicializado e também está sendo discutido no COMDEMA, não havendo uma briga entre se fazer ou não se fazer, não existe uma queda de braços, vamos apenas compreender. Michele retomou a questão informando que tem experiência com 22 anos de DERSA ao que o Secretário Marcelo elogiou

esse conhecimento e que a Prefeitura deveria tê-lo consultado antes porque a atual administração tem uma capacidade de ouvir, recuar, entender e aceitar os erros ou as proposituras e sugestões muito fortemente pois já recuou tantas outras vezes já que não há esse tipo de problema nesta administração. A Promotora pediu a palavra e teceu elogios aos conselheiros pelo empenho, porque atuam de forma voluntária nesse trabalho, que se doaram nesse enfrentamento dessas questões importantes para o Município; complementou afirmando, ser esse o caminho que se deva seguir e reforçar; as cidades e os problemas que nelas vivenciamos necessitam da participação efetiva da população na solução dos problemas; a participação popular é primordial na gestão democrática da cidade e o que hoje se discutiu, da forma como foi trazido e conduzido deve-se parabenizar o COMDEMA, reforçar e difundir aos demais conselhos, como o COMCIDADES, o Conselho da Habitação e outros. Finalizando, esclareceu a Promotora sobre uma fala do Secretário Marcelo em que ele se expressou dizendo que dependerá da CETESB a exigência sobre os estudos, mas é importante deixar claro que depende da forma como é apresentado o procedimento para a CETESB: se for apresentado de uma forma fragmentada, por trechos, a CETESB não exigirá o EIA/RIMA e essa é uma das questões que o MP coloca: a fragmentação do licenciamento como uma estratégia de facilitação ou de implantação de obra; o fato da CETESB dizer que não haverá necessidade de EIA/RIMA, isso por si só, não quer dizer que não vá precisar, porque não sei como foi apresentado esse projeto para o órgão ambiental e dentro do que a conselheira Elenice colocou sobre a perimetral Sul na questão do remanescente de Mata Atlântica, esta é uma das questões que eu questiono na Ação Civil Pública, pois pela legislação da Mata Atlântica, o EIA/RIMA também é exigido. Tudo isso reforça as minhas assertivas anteriores no sentido de se confirmar o posicionamento colocado na Ação Civil Pública. De resto, a Promotora se colocou à disposição para conversas ou que mais se precisar do MP. Agradeceu ao Secretário Marcelo pelas conversas, pelos debates e que o fato de terem posições

antagônicas não os impede de dialogar e manter bom relacionamento o qual sempre têm. Agradeceu a todos. O Secretário Marcelo agradeceu pelas palavras e pela consideração de um órgão pelo outro, em particular à Dra. Kely pelo trabalho que vem realizando no MP de Bragança Paulista; essa posição antagônica poderá ser revista a qualquer momento, mas depende sempre do chefe do executivo e todos os nossos técnicos e, claro encontraremos o melhor caminho, pois como já dito, não se trata de uma queda de braços e essa posição antagônica, ficando bem claro aos conselheiros, não significa uma briga, mas sim chegarmos todos a um consentimento; estou aqui para ouvir e entender e trabalhar como todos os demais secretários desta Administração até o dia 31/12/2020; esta discussão é muito saudável, proveitosa e lucrativa para a população e toda a cidade de Bragança. Quanto a questão do formato do projeto, sabemos ser passíveis de equívocos os conselheiros, o MP e a Administração Pública em geral que erra muito sim, porque somos uma empresa gigantesca com inúmeros problemas diários e, portanto, não pode ser absolutamente correta em tudo. O Presidente agradeceu a presença da Dra. Kely a qual lhe disse ser sempre bem-vinda assim como todos os demais convidados que estiveram ou continuam presentes, se referiu que essas reuniões são públicas e abertas a todas as pessoas, teceu agradecimentos ao Secretário Marcelo pela participação e completou dizendo que esse é o papel do Conselho e que talvez o COMDEMA seja o grande catalisador de um possível denominador comum nessa questão das perimetrais de Bragança Paulista; desejou que o GT subsidie tanto o MP quanto a Prefeitura com informações suficientes para que ambos possam entender a problemática e achar uma solução viável e a melhor possível para o nosso Município; esse é o papel do COMDEMA: fomentar essa a discussão, fiscalizar essas intervenções ambientais, participar como agente ativo e como órgão de assessoramento ao Poder Público Municipal. Agradeceu a todos os conselheiros que puderam colaborar. Seguindo os trabalhos, o Presidente passou para seguinte item da pauta, os Incêndios Florestais, com informes rápidos devido ao

adiantado da hora; durante o período em que tivemos as discussões fomentadas neste Conselho, nós criamos um grupo de whatsApp constituído por membros da Prefeitura, pelo Corpo de Bombeiros; como presidente, eu fomentei esse grupo e temos feito reuniões paralelas ao Conselho para iniciarmos discussões com relação a essa problemática das queimadas e tentar achar soluções; o MP foi convidado a participar dessas discussões e frequentemente estamos tendo reuniões virtuais com o MP além desse grupo de whatsApp e talvez, para o próximo período de secas tenhamos já um primeiro resultado positivo dessas ações; nós, ao longo desse período tivemos uma agilidade de comunicação entre Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Secretaria do Meio Ambiente e isso facilitou um pouco o combate às queimadas nesse período final de estiagem, sei que muitas queimadas ainda ocorreram nesse período, mas tentamos fazer um canal de comunicação mais rápido para que pudéssemos otimizar os pequenos recursos que o Município tem para combater as queimadas; o Corpo de Bombeiros se mostrou bastante efetivo nessa participação, a Defesa Civil e a Secretaria do Meio Ambiente também. No primeiro momento a primeira ferramenta de uso foi a comunicação entre os principais órgãos responsáveis pelo combate. A Prefeitura fez algumas ações emergenciais, adquiriu alguns materiais, fez algumas limpezas em áreas mais problemáticas, logo em seguida vieram as chuvas e aí o número de queimadas diminuiu, mas a Prefeitura nesse pequeno período depois de trabalhar antes das chuvas fez algumas medidas de prevenção em áreas que são de propriedade do Município, fez algumas notificações para particulares, para que se procedesse a limpeza em terrenos e aceiros onde há matas, ou seja, criamos um conjunto de medidas emergenciais que foram colocadas em ação para que se pudesse minimizar por pouco que fosse, os incêndios. Tivemos alguns grandes que foram inevitáveis em que os bombeiros e a defesa civil participaram, mas foi o que conseguimos fazer. Estamos organizando uma série de ações e existe intenção do Município, aliás, uma ideia do Secretário Marcelo, de se criar GGI Ambiental em que as queimadas façam parte de

uma das prioridades desse grupo; esse grupo foi criado com as ferramentas bem efetivas de prevenção, educação e depois de combate aos incêndios. Como visto no Plano de Aplicação do Fundo Municipal do Meio Ambiente já existem recursos destinados ao combate dos incêndios, parece que o Município estaria alocando recursos orçamentários para o próximo ano para se fazer um upgrade dessas estruturas que a Defesa Civil tem, ou seja, uma série de medidas que serão tomadas no próximo ano, mas ainda não temos uma lista delas todas, mas esse grupo está trabalhando bastante. Dada a palavra ao Secretário Marcelo, lembrou de um ponto importante durante na última reunião em que junto ao conselheiro representante do COMDEMA falamos sobre o combate aos incêndios, conscientização e educação ambiental na prevenção deles, entendo que devemos criar duas frentes: educação/conscientização e combate; a ideia é ainda neste ano formarmos brigadistas na região da Serrinha onde já existe uma equipe predisposta a esse treinamento e conscientização, temos outras grandes regiões importantes como o Guaripocaba e outras mais; poderíamos formar e treinar esses brigadistas por regiões e equipá-los; essa questão dos equipamentos poderei voltar na próxima reunião com o material definido, o corpo de bombeiros já se prontificou a treinar e fornecer o certificado para esses brigadistas e na contrapartida temos a conscientização ambiental a se iniciar. O Presidente sugeriu que para a próxima reunião se faça uma apresentação breve dessas ações preventivas que foram feitas no final do período de estiagem e do planejamento que pretendemos para o ano de 2021, ao que foi concordado pelo Secretário Marcelo e informou que a Secretaria do Meio Ambiente através dos seus técnicos fez uma solicitação ao PCJ e este forneceu 3.000 mudas as quais foram doadas à Prefeitura para a região da Serrinha para que se faça o reflorestamento da área que foi atingida pelas queimadas, 1.500 mudas já chegaram e já devem ter sido plantadas, ontem foi mais um dia de plantio e na próxima semana chegarão as outras 1.500 mudas em que a Serrinha fará um evento para que todos possam auxiliar no feito; ficam todos os conselheiros convidados para ajudar no plantio. O Presidente

informou que para a próxima reunião se fará uma apresentação mais organizada dessas ações que fizemos e que o GT pediu para a Prefeitura e o corpo de bombeiros, um pouco do planejamento, pois já fizemos contato com algumas empresas que fazem monitoramento de queimadas na região; também o Secretário Marcelo fez contato com empresas que ajudam no combate ao incêndio quando ele tiver sido inevitável e desse modo, para o próximo ano teremos novidades. Se alguém quiser fazer parte desse GT, fica aqui o convite, porque o grupo é informal, embora ele não tenha sido criado oficialmente, mas a necessidade fez com que o criássemos. O conselheiro Michele perguntou ao Secretário Marcelo se quem doou as mudas foi o consórcio ou o comitê do PCJ, ao que o Secretário lhe respondeu que foi o consórcio. A seguir o Presidente deu continuidade à pauta com o assunto, Informes sobre a destinação dos resíduos coletados no Eco Ponto e ofereceu a palavra à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, solicitação feita pela Associação Bragança Mais e pelos representantes das Associações de Moradores do nosso Conselho; todos assinaram ofício, encaminharam aqui ao Conselho e em seguida será encaminhado para a Secretaria, razão pela qual esse assunto está na pauta. O Secretário Marcelo respondeu que os cooperados do Bragança Recicla e da Cooperativa Recicla Bragança têm retirado parte dos materiais e dado a destinação na cooperativa com exceção dos materiais de resíduos da construção civil que ainda não atingiram $\frac{1}{4}$ da capacidade para serem retirados; nesse meio tempo, estamos preparando através de um chamamento público um convênio, para que uma empresa possa retirar esses materiais, ainda estamos na questão da licitação da coleta de lixo dos resíduos sólidos do Município; essa licitação contemplará a gestão dos eco pontos ou não; a depender dessa última audiência pública, a empresa contratada que está elaborando o Termo Referencial deve entregar nos próximos dias, terça ou quarta-feira da próxima semana e aí teremos essa questão resolvida, porém está sendo dado um destino temporário nesse formato já mencionado, mas terá em definitivo para todos os eco pontos do Município. A palavra foi dada para Maria

Cristina que informou ao Secretário de que tem se utilizado semanalmente do eco ponto, que a estrutura está bem legal e se os outros eco pontos que serão criados terão a mesma estrutura grandiosa desse em funcionamento ou se serão apenas os coletores de resíduos de recicláveis e ainda, como o coletor de resíduos da construção civil ainda não atingiu $\frac{1}{4}$ da capacidade, onde estão sendo colocados esses resíduos? Seria no espaço em frente a um contêiner? Entendo que uma parte parece ser para receber folhas, pois não existe uma identificação, existe o de volumosos, esse está escrito, está coberto, em frente há uma baia e na lateral há uma outra baia; essa baia na lateral também é para receber resíduos de construção civil? Por isso ainda não se atingiu $\frac{1}{4}$? O Secretário respondeu que a baia lateral deverá receber alguns contêineres e algumas caçambas após a realização do chamamento que o convênio irá contemplar; o eco ponto hoje é administrado pela Secretaria do Meio Ambiente de uma forma superficial, nada está sendo acumulado, tudo está sendo destinado a contento, porém o seu funcionamento não é 100% e ficará adequado após o chamamento da licitação dos resíduos sólidos ou em paralelo, o chamamento exclusivo para o eco ponto; esse primeiro está sendo um tubo de ensaio, ele está sendo analisado sobre qual a demanda, qual a necessidade para que se tenha uma destinação melhor de todos em conjunto. Esse novo que será feito na zona Norte, tem um projeto e está só sendo adaptado por causa da substituição de lugar, lá também entende-se que deverá ser tão grande ou até maior, enquanto que os demais não terão o mesmo tamanho, cada um terá a sua dimensão variada de acordo com a necessidade da região; o material da construção civil tem sido pouco descartado, portanto os demais materiais é que são utilizados no eco ponto. Maria Cristina questionou sobre a questão da baia da frente, a dos recicláveis, que está lotada, transbordando. O secretário informou que amanhã será retirado. Maria Cristina informou que ao que parece, já ultrapassou a capacidade. Marcelo informou de que havia uma dúvida aguardar a abertura do eco ponto até finalizar o chamamento público da gestão ou abrir; ainda que precariamente, já conseguimos auxiliar a

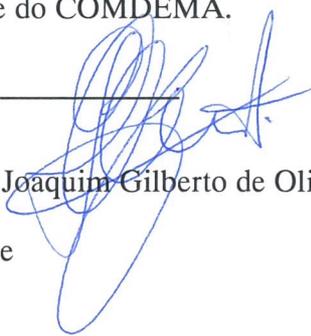
população abrindo, mas ainda há questões a serem superadas. A seguir, o Presidente passou ao assunto dos TACs: apresentado pela conselheira Lucia, o TAC nº 26630/18 foi aprovado pela maioria dos conselheiros, com um voto pela não homologação por parte de Michele e pela abstenção de Fabio. TAC nº 23306/17 analisado por Carolina Mourão, cujo parecer pela homologação foi unânime e TAC nº 26122/16 e 16224/19 (ap) analisados por Cecília, parecer aprovado com unanimidade. Em seguida, Elenice pediu a palavra para informar que as pessoas do grupo que defendem o Lago do Orfeu perguntou à conselheira se o COMDEMA havia discutido ou montado um GT para acompanhar a questão sobre o lago e por confirmação por parte do Presidente de que não havia nenhum grupo quanto à documentação, no entanto esse pessoal enviou à conselheira um recorte de jornal que este Conselho havia voltado às atividades apesar da pandemia e que inclusive havia sido montado um GT para acompanhar essa questão e como isso não aconteceu, seria importante que os conselheiros soubessem disso e ainda quem ou de maneira essas notícias são passadas ao jornal que acabou por deturpar a notícia e penso que devemos tomar cuidados a respeito disso, apesar de achar que essa questão sobre o lago merece um GT. O Presidente perguntou para Elenice se haveria sugestão para criação do GT. A conselheira respondeu que no momento, já existem GTs em andamento, mas se os problemas se mantiverem será necessário pensar nessa possibilidade; isso já foi discutido, a discussão foi calorosa numa das reuniões e depois disso não recebemos mais notícias sobre os fatos; as notícias oficiais cheguem até nós, conselheiros, devido ao encaminhamento da licença ambiental e ao que parece houve suspensão de uma das atividades ou um novo estudo porquê e ela não viu nenhum documento sobre isso e novo documento e se existe, qual seria esse ao qual o grupo se referiu. O Presidente solicitou como encaminhamento para a Prefeitura, que para a próxima reunião se faça um relato breve sobre o projeto e licenciamento das obras relativas a adequação desse lago, das necessidades de drenagem e mobilidade urbana. Registrado em ata, será encaminhado um e-mail à Secretaria

do Meio Ambiente, oficializando esse pedido, para que na próxima reunião a Prefeitura tenha a palavra para um breve relato do pé em que isso se encontra e se a Prefeitura deu continuidade às obras, ao licenciamento e à licitação. A conselheira pede, que também seja enviada a lista com as espécies arbóreas que seriam cortadas na proposta inicial, pois isso ela já havia pedido para o então Secretário Alex, porém essa lista não foi recebida pela conselheira. O Presidente solicitou à secretária Carolina uma cópia do licenciamento ambiental do Lago do Orfeu, enviando aos conselheiros em PDF, vez que esse documento é público. A conselheira Maria Cristina, suplente da Associação Bragança Mais, pediu a palavra para falar em nome de Bia, titular daquela entidade, que por problemas de conexão, não pode fazer fazê-lo naquele momento. Maria Cristina questionou a SMMA sobre a informação num jornal, de uma licitação de reforma do Jardim Público e que gostaria de conhecer projeto, o objetivo dessa reforma, se existe alguma questão ambiental para se acompanhar e solicitou que também esse projeto seja disponibilizado em PDF. Feita a solicitação, a Secretaria deverá encaminhar ao COMDEMA cópia do projeto de reforma/revitalização do jardim Público. A conselheira Elenice gostaria de receber uma cópia para saber quais as espécies serão plantadas no jardim Público para que se dê mais valor às espécies nativas de modo que as pessoas aprendam a respeitar a nossa vegetação, usar mais as espécies nativas e assim saber quais as espécies nativas serão utilizadas nessa reforma. O Presidente complementou recordando-se que no ano 2012 foi feito um estudo do estado fitossanitário de todas as árvores, portanto a Secretaria possui um catálogo de todas as espécies que lá estavam naquele ano bem como os seus estados fitossanitários. O Presidente reiterou o pedido para que a Prefeitura encaminhe para o COMDEMA o projeto de reforma e revitalização do jardim Público, pois neste Conselho existem pessoas super competentes para colaborar com a qualidade do resultado final desse projeto. Dando sequência aos trabalhos e devido ao adiantado da hora, o Presidente sugeriu que os TACs cujos compromissários a seguir: 02/2020 - Walter de Castro Queiroz, 06/2020 -

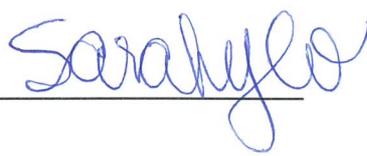
Valdete Afonso de Souza, 07/2020 - CGI Comércio de Roupas e Acessórios EIRELLI – ME, 08/2020 - Conjunto Habitacional Bragança III - 09/2020 - Fabiano Gomes, 10/2020 - Ramira Bernardes de Freitas, 11/2020 - Fidelis Francisco Fernandese 14/2020 - Carlos Antonio de Oliveira; os Recursos e respectivos interessados: nº 42966/2020 ap. proc nº 3881/20 – Resima Bens e Imóveis Ltda e proc. nº 33115/2019 ap. 34993/2019 e nº 7484/2020 – SABESP; e o Processo nº 36691/2020 – Horácio Pereira Teixeira, que deverão ser analisados, serão enviados por e-mail aos conselheiros eleitos ao critério de escolha do próprio Presidente, no que foi concordado pelos todos os presentes. Finalizando, o Presidente informou que em conversa com o secretário Marcelo e Carolina Mourão há a possibilidade de se fazer uma proposta para a próxima reunião do Conselho em se criar uma Câmara Técnica fixa de análise de recursos de multas, pois precisamos de pareceres jurídicos nesses recursos em que muitas vezes o advogado questiona a legalidade de um ato administrativo, a aplicabilidade daquele artigo naquela situação em que se precise de uma análise jurídica da qual não temos competência técnica para fazer. O Presidente solicitou a permissão da plenária para fazer a distribuição administrativa por parte da diretoria desses recursos e homologações e para a próxima reunião também apresentar uma solução para esse problema que está se avolumando a cada reunião; temos inclusive vários recursos distribuídos, um deles para o próprio Presidente, em que foram solicitados prorrogação de prazo por falta de condição de análise deles. Esse é um assunto que deverá ser bastante discutido no Conselho numa organização administrativa da análise desses recursos; nós precisamos de apoio técnico e administrativo da Prefeitura, senão o Conselho não dará conta tantos TACs e recursos de multa. Dentro em breve chegarão os recursos de queimadas e tudo irá se avolumando. O Presidente pediu permissão à plenária de se fazer essa distribuição e para a próxima reunião achar uma solução administrativa para esse problema que está se avolumando e se tornando sério. Todos estão com processos, atarefados, ninguém quer mais processos mas temos uma fila gigante de

processos para entrar e esse problema precisa ser resolvido E por fim, o Presidente declarou encerrada a reunião e agradeceu pela participação de todos os conselheiros e cidadãos interessados dizendo que esse Conselho só é possível e só tem a qualidade que tem pela participação de vocês. Agradeceu a cada um com um beijo no coração, desejou a presença de Deus para todos com votos de novo encontro para a próxima reunião.

Eu, Sarah Lo Sardo, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por mim e pelo Presidente do COMDEMA.



Professor Joaquim Gilberto de Oliveira
Presidente



Sarah Lo Sardo